

O DIREITO AMBIENTAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

ODS (15)

Eduarda Gomes da Silva de Souza (Anhanguera Educacional de Taubaté)
Samile Vitória Lima da Silva (Anhanguera Educacional de Taubaté)
Mauricio Guerreiro (Anhanguera Educacional de Taubaté)

O Direito Ambiental é o ramo jurídico que estabelece normas e princípios para a proteção do meio ambiente, regulando as interações entre a sociedade e a natureza. Sua aplicabilidade ocorre ao disciplinar atividades humanas como a conservação da biodiversidade, gestão de recursos naturais e controle da poluição, através de instrumentos como o princípio do poluidor-pagador e o princípio da precaução, visando o desenvolvimento sustentável para as gerações presentes e futuras.

Este artigo tem como objetivo principal demonstrar a importância do Direito Ambiental, sua aplicabilidade suas normas e princípios para a proteção do meio ambiente, regulando as interações entre a sociedade e a natureza, garantindo um meio ambiente equilibrado, essencial para a saúde e a qualidade de vida, sendo um bem de uso comum do povo e dever da coletividade.

Verificamos também que o direito ambiental é crucial para a sustentabilidade empresarial ao estabelecer normas e regulamentos que protegem o meio ambiente, minimizam impactos negativos e garantem a conformidade legal. Ele evita multas, processos e danos à reputação, ao mesmo tempo que fortalece a imagem da empresa perante consumidores e investidores, atraindo talentos e promovendo o desenvolvimento sustentável e a longevidade do negócio. Com advento da COP30, a ser realizada no Brasil, e o direito ambiental estão intrinsecamente ligados, pois a conferencia é o palco para construção de políticas e acordos globais visando a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável. O artigo desenvolvido por revisão bibliográfica é um trabalho acadêmico que sintetiza e analisa estudos e informações já publicados sobre um determinado tema, em vez de apresentar dados originais de campo. A conclusão do direito ambiental é que ele é uma área jurídica fundamental, dinâmica e em constante evolução, essencial para a proteção do meio ambiente, a garantia do desenvolvimento sustentável e o bem-estar social, exigindo constante atualização de seus profissionais para enfrentar desafios globais como as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade. Seu papel é conciliar o crescimento econômico com a preservação ambiental, através da aplicação de princípios e normas que visam a proteção dos recursos naturais e a responsabilização dos poluidores, por conclusão identificamos o quanto é importante construir uma base teórica sólida, contextualizar o assunto, identificar o que já foi pesquisado e apresentar o estado atual do conhecimento, dando credibilidade ao trabalho.

Palavras-chave: Direito ambiental; COP 30; sustentabilidade; princípios jurídicos ambientais; desenvolvimento empresarial.